

CURSOS REALIZADOS PELA EMAG EM 2016

Conflito - construção de soluções positivas – 22/02 a 17/03

Realizado na Plataforma de EAD do TRF3 e voltado a servidores debateu como compreender, qual é a dinâmica e os conflitos nas organizações, assim como a busca de soluções.

Falácias: como reconhecê-las e evitá-las – 24 a 26/02

Tratou da necessidade de saber identificar um raciocínio falacioso. Reconhecer tal equívoco nem sempre é fácil, sobretudo porque algumas falácias são tão comuns que parecem raciocínios corretos. Apresentou como os discursos falaciosos têm aparência de verdade e estão presentes na política, em matérias jornalísticas e até em relacionamentos pessoais.

Questões relevantes do Novo Código de Processo Civil – 04, 11 e 18/03

Complementação do curso “Novo Código de Processo Civil”, realizado no ano passado e bastante prestigiado pela comunidade jurídica da 3ª Região. O curso deste ano aprofundou algumas questões mais polêmicas como bases fundamentais da reclamação constitucional, a competência do TRF3, bem como a autoridade dos Tribunais Superiores. Como realizar melhorias, procurando adaptar-se ao novo código e extrair o máximo de eficiência, de efetividade e de implementação dos direitos fundamentais.

Estratégias para uma comunicação efetiva – 07/03 a 04/04

Realizado na Plataforma de EAD do TRF3, tratou de temas como: *O que é comunicação? O processo de comunicação. A adequação do texto ao destinatário da informação. A arte de escrever bem. Minimização dos vícios de linguagem na escrita. Demonstração, argumentação e persuasão. A linguagem jurídica. O jurisdiquês na produção textual. Comunicações oficiais e atos do juiz - O padrão ofício - Atos do juiz: despacho e sentença.*

Alterações do Novo Código de Processo Civil – 06/04

Realizada pela Subseção de Santo André/SP, tratou das modificações mais importantes sobre a nova legislação.

Audiência de Custódia - Questões Controvertidas – 28 e 29/04

O evento abordou a entrada em vigor, a partir de 1º de fevereiro de 2016, da Resolução nº 213, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com a norma, os tribunais de todo Poder Judiciário brasileiro tiveram o prazo de 90 dias para implantar as audiências. Questões práticas ligadas ao tema e análises sobre a resolução que deliberou que toda pessoa presa em flagrante delito deve ser apresentada a um juiz, em até 24 horas, e ser ouvida sobre as circunstâncias em que se deu sua prisão ou apreensão. O magistrado analisa a questão sob os aspectos da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão, entre outras medidas.

III Congresso de Tributação e Empresa: o Novo CPC – 12 e 13/05

O Centro de Estudos da Ajufesp (Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região promoveram o evento. Especialistas da área trataram dos seguintes temas: *Rito comum em matéria tributária; Execução Fiscal Tributária; Tutela Provisória em Matéria Tributária; Cumprimento de Sentença Tributária contra a Fazenda Pública.*

Direitos Humanos na Europa – Araraquara – 06 e 07/06

A Emag e a Universidade de Araraquara (Uniara) promoveram o curso que teve como objetivo apresentar a evolução e o contexto dos sistemas de proteção aos direitos humanos nos países europeus. A ideia foi reconhecer, a partir desse estudo, soluções inovadoras, passíveis de serem aplicadas ou adaptadas ao contexto brasileiro.

I Congresso Direito Ambiental Agrário, Portuário e Minerário – 23 e 24/06

O congresso teve o objetivo de discutir questões ambientais da maior atualidade que afetam os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Desapropriação e demarcação de terras indígenas, responsabilidade civil e criminal por danos ao meio ambiente, licenciamento ambiental são

alguns dos temas que constaram da programação. Apoio Institucional: MPF, MPSP, IBAMA, ICMBio, INCRA, DNPM, CODESP, CETESB, SMA/SP, OAB/SP, OAB/MS, AJUFE, AJUFESP, AJUFEMS

Direito Sanitário: judicialização da saúde - Possibilidades e limites – 16/08 a 13/09

A judicialização da saúde requer uma reflexão sobre o impacto das decisões judiciais em termos de políticas públicas. Pensando nisso, foi realizado o curso para discutir temas como *O crescimento das ações judiciais trouxe um dilema para o juiz: como garantir a vida de uma pessoa que busca um tratamento médico sem prejudicar tantos outros que também necessitam?* Foram reunidos representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública, do Centro de Vigilância Sanitária, do Conselho Regional de Medicina, da Advocacia Geral da União e outros especialistas para debater o assunto.

Formação de formadores - Fundamentos para a docência no contexto da magistratura – 22/08 a 30/09

Realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJF), em parceria com a Emag. O objetivo foi proporcionar o contínuo desenvolvimento de competências profissionais de magistrados formadores, docentes e servidores que atuam nos cursos de formação nas escolas de magistratura. Ministrado na modalidade semipresencial, com aproveitamento de ação educacional em EaD.

III Congresso de Previdência e Direito: o novo CPC – 25 e 26/08

A escola de magistrados sediou o congresso em parceria com Centro de Estudos da Ajufesp. O evento tratou de cinco grandes temas: *Rito comum em matéria previdenciária; Cumprimento de sentença previdenciária; “Perspectivas para a reforma da Previdência”; “Tutela provisória em matéria previdenciária” e “Ação rescisória e recursos em matéria previdenciária”.*

PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – 26 e 27/09

Garantir a integridade física de pessoas ameaçadas por colaborar com a produção de prova em investigações e processos criminais é um dos objetivos do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Para entender o funcionamento do programa, a Emag organizou um curso voltado para magistrados, agentes do Ministério Público Estadual e Federal e servidores da área criminal.

Curso de História da Arte - Módulo I - Idade Antiga – 22/09 a 01/12

Faz parte do Projeto de Formação Humanística, composto também por visitas monitoradas a museus e espaços culturais. A proposta é a de ampliar a compreensão de questões atuais de âmbito cultural, histórico, artístico e político, com vistas a fortalecer a intersecção entre o pensamento jurídico e as demais áreas do saber. O curso procura desenvolver um olhar crítico voltado para apreciação e interpretação de obras de arte, tendo por base o conhecimento de conceitos estéticos de períodos ou de movimentos que compõem a História da Arte. É organizado em três módulos.

Encontro de Juízes Federais das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região – 20 e 21/10

O evento discutiu vários temas voltados à melhoria da prática judicial, desafios nos juizados e a necessidade de ampliar a conciliação como alternativa à resolução de conflitos. Foi organizado pela Emag e pela Ajufesp no auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo/SP.

Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional Grotius Express – 26 e 27/10

O Ministério da Justiça e Cidadania, por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, realizou em parceria com a Emag curso sobre o

programa criado em 2010, que objetiva incentivar e promover a capacitação de agentes públicos em cooperação jurídica internacional.

Crimes contra o mercado de capitais - Temas controvertidos e prática – 21/10 a 18/11

Crimes contra o mercado de capitais constituem um dos principais temas do Direito Penal Econômico na atualidade. Para oferecer subsídios ao magistrado em relação a essa matéria, com legislação ainda nova e jurisprudência não consolidada, a escola promoveu o curso. Em cada semana, um especialista na área trata da análise, de reflexões fomenta o debate sobre temas como *o funcionamento do mercado de capitais, formas alternativas de regulação e resolução de litígios, ação penal e provas no contexto de capitais, prisão e sentença nos crimes contra o mercado de capitais*, entre outros.

Direito das Coisas na Alemanha - Araraquara/SP – 24 e 25/10

A Escola de Magistrados em conjunto com a Uniara discutiram conceitos jurídicos do país germânico como *“direito real” e os princípios gerais do direito da coisas. A posse e sua proteção. A propriedade, sua aquisição por negócio jurídico, sobretudo: de boa fé. A propriedade: sua aquisição originária, por ato real, sobretudo: a adjunção. A rei “vindictio” – um tema central da dogmática na Alemanha. Direitos reais relativos em móveis: penhor e usufruto.*

Investigação e prova nos crimes cibernéticos - Dificuldades técnicas e jurídicas - Questões práticas – 3, 9, 10, 16 e 17/11

O crime cibernético pode assumir muitas formas e ser cometido em qualquer lugar e qualquer hora. Esses atos são ocorridos sob anonimato. Invasão de sistemas, alteração de dados, criação de vírus que paralisam a rede e agenciamento de prostituição e pedofilia apontam para necessidade do Judiciário se preparar para uma nova modalidade de crime e compreender novas linguagens e tecnologias. O curso apresenta como atuar e aproveitar as ferramentas modernas de tecnologia de investigação e práticas atualmente utilizadas para identificar criminosos. Público alvo é de magistrados, servidores do Judiciário, membros do MPF e agentes da Polícia Federal.

Curso Tutoria em EaD e Oficina Moodle – 23 a 25/11

O uso da tecnologia e da plataforma Moodle possibilitou que a Emag intensificasse a oferta de cursos a distância. Tal modalidade de ensino ampliou o acesso à informação com a vantagem de reduzir custos com treinamentos. O curso ensina como utilizar esta ferramenta na aprendizagem de magistrados e servidores.

II Curso de Atualização em Perícia Médica – 28/11 a 01/12

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região promove o curso com apoio da Emag, AGU-Procuradoria Regional de São Paulo, Divisão Médico-Assistencial do JEF/SP, Ajufesp e Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais. Entre os assuntos a serem debatidos estão *Perícia médica: aspectos relevantes na realização da perícia judicial; a relevância dos atestados médicos e exames apresentados; elaboração do laudo. Principais patologias clínicas e a incapacidade. Perícia psiquiátrica: Peculiaridades da perícia e elaboração do laudo pericial. Doenças psiquiátricas: capacidade e incapacidade laborativa. Depressão e incapacidade. Esquizofrenia e incapacidade.* Além disso, principais questões ligadas à perícia ortopédica, da perícia neurológica.

Tutela Provisória no Novo CPC – 01 e 02/12

A Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região realiza o evento em São Paulo, em dezembro. Entre os assuntos que serão abordados estão: *Os Precedentes Judiciais e a Tutela da Evidência; Tutela Provisória no Direito Tributário; Tutela Cautelar no Novo CPC: Diagnóstico E Perspectivas; Tutela Provisória no Direito Previdenciário E Nos Juizados Especiais Federais; Tutela Provisória Recursal.*